

O paradoxo do mogno

Roberto Smeraldi

O governo divulgou uma notícia que induziu equívocos e gerou surpresa: a exploração do mogno na região amazônica teria sido suspensa por dois anos. A realidade é outra e a medida do governo tem, infelizmente, efeitos muito negativos para o meio ambiente. Mas vários observadores, no Brasil e fora, acabaram achando que o governo estaria realmente atuando, mediante uma "proibição", contra o comércio ilegal, que tanto preocupa a opinião pública brasileira e estrangeira.

O governo simplesmente prorrogou uma norma que já vigorava desde julho de 1996, impedindo novas autorizações para planos de manejo florestal que incluem a espécie mogno. Ou seja, a exploração continua com os planos existentes, mas não é possível obter novas autorizações. A medida, longe de constituir avanço em termos ambientais, já criou o chamado "oligopólio do mogno". Desde então, cinco empresas paraenses (uma das quais tornou-se recentemente de capital asiático) detêm o controle da comercialização dessa valiosa espécie, pois possuem 81% dos volumes autorizados pelo governo por meio de planos de manejo.

É importante entender que, na Amazônia, os planos de manejo funcionam basicamente como documentos para acobertar a extração ilegal de madeira. As estimativas mais recentes da taxa de ilegalidade variam entre 80% (Secretaria de As-

suntos Estratégicos, 1997) e 86% (Amigos da Terra, 1997). No caso do mogno, os estoques remanescentes se encontram, em grande maioria, em unidades de conservação e reservas indígenas, onde em tese está proibida a exploração. As empresas, normalmente por intermediários ou toreiros, compram a madeira extraída ilegalmente e a regularizam segundo os volumes autorizados pelos planos de manejo. Os cinco reis do mogno têm, sem exceção, um longo histórico de graves irregularidades. O Ibama tem se omitido em fiscalizá-los, conforme tem sido denunciado em inúmeras ocasiões. Pior, eles podem continuar dominando o mercado graças ao decreto que impede qualquer outro de obter novas autorizações.

Hoje a demanda total por mogno (incluindo um mercado doméstico em aumento e um mercado externo em queda) não chega nem a atingir os volumes já autorizados pelo Ibama com os planos de manejo. Isso não inclui os volumes adicionais que podem ser alcançados mediante me-

ras autorizações de desmatamento. Portanto, a não autorização de novos planos de manejo em nada limita o comércio dessa madeira. Mas, se do ponto de vista do consumo a decisão do governo é portanto neutra, torna-se gravíssima por seus impactos na

forma de exploração e na destruição da floresta.

Com a prorrogação da suspensão de novas autorizações, o governo, além de sustentar o oligopólio, está dando um duro golpe no incipiente mercado de madeira certificada na Amazônia, que poderia constituir a única alternativa viável às atuais práticas predatórias.

Aquelas poucas empresas que vêm investindo nas práticas de manejo sustentável, e tentando obter selos de

certificação de suas florestas, estão agora impedidas de aproveitar adequadamente as áreas mais interessantes do ponto de vista econômico, isto é, as que contêm mogno. Com base no novo decreto, elas não poderão, por mais dois anos, obter novas autorizações contendo essa

É importante entender que, na Amazônia, os planos de manejo funcionam basicamente como documentos para acobertar a extração ilegal de madeira.

espécie. Portanto, quem se esforça para investir no manejo florestal, além de enfrentar a competição desleal dos que exploram clandestinamente oferecendo madeira barata, está também vetado de utilizar a espécie mais valiosa. Ou seja, o governo está condenando essas empresas ao fracasso.

Além disso o decreto do governo estabelece que créditos e incentivos fiscais para empreendimentos produtivos da Amazônia sejam concentrados em áreas "já convertidas" para agropecuária. Em outras palavras, nenhum crédito ou incentivo para quem está apostando na capacitação, formação e equipamento necessário para manejar a floresta em pé. Será premiado apenas quem já derrubou.

A situação torna-se mais grave ao levar em conta como a fiscalização, da forma em que está sendo conduzida, interfere nesse mercado. A apreensão de crescentes volumes de madeira, depois leiloadada e adquirida a preços irrisórios pelos próprios madeireiros que a cortaram, contribui paradoxalmente para legalizar a baixo custo muitos casos de exploração ilegal. Em conclusão, a realidade da exploração predatória não tem apenas, como explicação, a ausência do Estado nas longínquas florestas amazônicas, mas também, infelizmente, sua "presença" por intermédio de políticas e práticas gravemente equivocadas.

■ Roberto Smeraldi, jornalista, é coordenador do Programa Amazônia da entidade ambientalista Amigos da Terra

INSTITUTO

DOCUMENTAÇÃO

Class. 11/19

Data 13/8/98

Fol. 29

CPB